

Estatutos da Associação Civil e Militar de Beneficencia

CAPITULO I

Art. 1.º A Associação Civil e Militar de Beneficencia fundada na Capital Federal em 2 de maio de 1930, poderá admitir um numero illimitado de socios.

Paragrapho unico. Poderão fazer parte do quadro social todos os officiaes, sub-officiaes, inferiores da activa, reformados e honorarios de todas as classes da Armada e do Exercito e os funcionarios civis de quadro dos ministerios e repartições publicas federaes, estaduais e municipaes e as pensionistas de meio soldo e montepio, quando maiores.

DOS FINS DA ASSOCIAÇÃO

Art. 2.º Tem essa Associação como principal objectivo congregar seus socios auxiliando-os, bem como as suas familias, em todo os casos previstos nestes estatutos.

DOS AUXILIOS EXTRAORDINARIOS E GERAES

Art. 3.º Consideram-se auxilios extraordinarios:

- a) incumbir-se a Associação de aposentadorias, reformas, montepio e outros que interessem as familias dos socios;
- b) dar fiança para aluguel de casa;
- c) conceder emprestimos.

Paragrapho unico. Todos estes auxilios serão prestados mediante contribuição especial.

Art. 4.º Consideram-se auxilios geraes:

- a) defesa dos socios;
- b) auxilio para funeral.

Paragrapho unico. Taes auxilios serão prestados independente de contribuição especial, salvo o caso da alinea a) em que as despesas de custas, sellos, etc., serão cobrados á parte.

Art. 5.º A Associação manterá as seguintes secções:

- a) Beneficente;
- b) Financeira.

CAPITULO II

DA ADMISSÃO E CLASSIFICAÇÃO DO SOCIOS

Art. 6.º Serão admittidos como socios, aquelles que além de preencherem as condições do paragrapho unico do artigo 1º, forem propostos por socio que esteja em pleno gozo de seus direitos e regalias.

Paragrapho unico. Deverá constar da proposta: nome do proposto, residencia, naturalidade, idade, estado civil, função ou posto e repartição em que trabalha.

Art. 7.º Nenhuma proposta poderá ser acceita sem o parecer do secretario.

Art. 8.º Depois de satisfeita a joia e diploma, far-se-á a competente matricula.

Paragrapho unico. Todo o onus a que estiver sujeito o contado do primeiro dia da accitação da proposta, seja qual fôr o dia do aceite.

Art. 9.º A directoria poderá deixar de aceitar proposta, desde que esta não convenha aos interesses sociaes que lhe cabe zelar.

Art. 10. Os socios serão assim classificados:

- a) fundadores — aquelles que assignaram a acta da instalação da Associação;
- b) effectivos — todos os contribuintes;
- c) honorarios — as pessoas que, a criterio da assembléa geral, merecerem este titulo por serviços de alta valia prestados em prol da Associação.

Art. 11. Sómente os socios honorarios são dispensados de contribuição.

CAPITULO III

DAS PENAS DOS ASSOCIADOS

Art. 12. Serão eliminados do quadro social:

- a) todos os que não pagarem as contribuições a que são obrigados;
- b) os que não agirem honestamente no desempenho do cargo administrativo dentro e fóra da Associação;
- c) os que lesarem a Associação, desviando valores ou objectos;
- d) os que perturbarem as assembléas, faltando com o respeito devido á directoria ou por outra qualquer forma inconveniente.

Art. 13. Os socios que inclidirem na alinea a) do artigo precedente, ficarão sujeitos a multa de 1 % sobre a importancia devida mensalmente.

Art. 14. O socio que estiver em atrazo por mais de seis mezes, ficará, até a satisfação de seus compromissos, suspenso de todos os direitos.

Paragrapho unico. Esse pagamento só poderá ser feito até o 7º mez de atrazo, findo o qual o socio será eliminado independente de qualquer acto da directoria e sem direito a reclamação alguma

CAPITULO IV

DA SECÇÃO FINANCEIRA

Art. 15. A secção financeira tem por fim:

- a) conceder empréstimos;
- b) dar carta de fiança para aluguel de casa.

DOS EMPRÉSTIMOS

Art. 16. O associado que não tiver debito com a Associação e que tiver direito a beneficencia, poderá contrahir com o patrimonio, empréstimos, cuja contribuição mensal não seja superior a 40 % dos vencimentos, diarias ou jornaes mediante consignação em folha de pagamento.

Paragrapho unico. O associado receberá no acto do empréstimo a quantia total do mesmo, sem desconto de qualquer natureza.

Art. 17. Todo associado poderá fazer empréstimos, preenchendo as seguintes formalidades:

a) requerer ao presidente da associação, declarando a quantia do empréstimo;

b) juntar certidão passada pela repartição pagadora a que estiver subordinado, para efeitos de pagamento, com a declaração expressa de que póde consignar a quantia pedida, que foi averbada para os devidos descontos e pagamentos;

c) e a declaração que a consignação requerida está de accordo com os preceitos contidos nas leis que regem o assumpto;

d) os juros dos empréstimos serão de 12 % ao anno — Tabella Price — quando feitos no prazo maximo de 24 mezes podendo, nas mesmas condições, a taxa ser elevada até 15 % e 18 % ao anno, quando os prazos forem respectivamente de 36 a 48 mezes.

Art. 18. E' absolutamente vedado aos membros da directoria contrahir empréstimos ou debito de qualquer natureza com a associação.

DAS CARTAS DE FIANÇA

Art. 19. A associação só fornecerá carta de fiança aos associados que puderem consignar em folha de pagamento o aluguel da casa em que residem, de accordo com que determina o artigo 21 do decreto n. 21.576, de 27 de junho de 1932.

CAPITULO V

DA SECÇÃO BENEFICENTE

Art. 20. A secção beneficente tem por fim fornecer funeral, e quando os recursos do fundo de beneficencia permitirem, a formação de um estabelecimento de ensino que facilite aos filhos dos socios a instrucção e educação.

§ 1.º A associação receberá neste estabelecimento, gratuitamente, os filhos dos socios fallecidos, que, reconhecidamente, não possuirem recursos para custear sua educação e instrucção.

§ 2.º Para ter direito a beneficencia, o associado deverá contribuir com a importancia mensal de 5\$000.

DO FUNERAL

Art. 21. Terão direito á quota de funeral de 400\$, os socios quites, que tenham concorrido com a quota mensal de 5\$ para a secção beneficente.

§ 1.º Os socios que tiverem mais de dois annos como socios effectivos, terão a quota de funeral augmentada de tantas vezes 50\$ quantas forem os annos de socios effectivos, que exceder de dois, até o limite maximo de 800\$000.

Art. 22. Para que a familia do socio tenha direito ao recebimento da quota para funeral, é necessario que aquelle tenha completado 12 mezes na qualidade de socio.

Art. 23. A quota para funeral, se não for reclamada no prazo de 12 mezes, a contar da data do fallecimento, reverterá em favor do fundo de beneficencia.

Art. 24. O fundo da secção de beneficencia será constituído com a parte dos lucros da secção financeira e com os bens e titulos adquiridos.

CAPITULO VI

DAS MENSALIDADES E JOIAS

Art. 25. A mensalidade será de 5\$ para todos os socios.

Art. 26. Todos os pagamentos que não forem descontados em folha, como joias, contribuições, etc., serão feitos na sede social até o dia 8 de cada mez a vencer.

Art. 27. Todo o associado contribuinte deverá pagar de uma só vez, ao ser admittido na associação, a importancia de 200\$, 250\$ e 300\$ de joia, conforme o socio tenha, respectivamente, menos de 35, 40 e 55 annos de idade.

Paragrapho unico. As joias de admissão poderão ser suspensas, a juizo da directoria.

CAPITULO VII

DO FUNDO SOCIAL

Art. 28. O fundo social será formado por:

Paragrapho unico. Património,

a) bens moveis e immoveis;

b) joia e mensalidades;

c) donativos e rendas sem applicação especial.

Art. 29. A totalidade da renda deduzidas as despesas do custeio e manutenção será destinada a beneficio dos associados e, no caso de morte destes a de sua familia, a titulo de auxilio para funeral, pensão ou auxilios prestados.

CAPITULO VIII

DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 30. As assembléas geraes, serão constituídas pelos socios que não tiverem em atrazo voluntario no pagamento de suas contribuições.

Art. 31. As assembléas poderão ser ordinarias e extraordinarias.

§ 1.º As assembléas geraes ordinarias, são as convocadas annualmente para discussão e votação do relatorio do presidente, balanço geral da associação e respectivo parecer do conselho fiscal.

§ 2.º De 5 em 5 annos, essa assembléa geral ordinaria tratará da eleição da directoria, a qual tomará posse em seguida.

§ 3.º De dois em dois annos a assembléa de que tratam os paragraphos 1.º e 2.º será tambem destinada á eleição do conselho fiscal.

§ 4.º As assembléas geraes extraordinarias, são as convocadas por iniciativa da directoria, conselho fiscal ou socios que deverão no requerimento de solicitação, especificar o assumpto, não sendo permittido tratar de outro.

§ 5.º As assembléas extraordinarias, poderão ser realizadas em qualquer época do anno, quando convocadas pela directoria ou a requerimento de dois terços de associados.

Art. 32. As assembléas só se constituirão quando o numero de associados for no minimo de dois terços do total, na 1.ª convocação e com qualquer numero na segunda.

Art. 33. Não serão apurados nem computados os votos dos associados que estejam em debito com a associação.

Art. 34. As assembléas extraordinarias de que trata a segunda parte do paragrapho 4.º do art. 31, serão convocadas, mediante requerimento dos associados á directoria, sendo, por despacho do presidente, marcado o prazo de 10 dias para publicação dos editaes.

Art. 35. Os editaes serão publicados no *Diário Official*.

Art. 36. Nos requerimentos de que trata o artigo 32, bem como nos editaes deverá constar precisamente o assumpto da convocação.

Art. 37. Far-se-á a convocação da assembléa com 3 dias de antecedencia no minimo.

CAPITULO IX

DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Art. 38. Administração a associação:

a) directoria;

b) conselho fiscal;

Art. 39. Representação a associação:

a) assembléa geral;

b) presidente.

DA DIRECTORIA E CONSELHO FISCAL

Art. 40. A directoria será constituída de 3 membros:

a) um presidente;

b) um secretario;

c) um thesoureiro.

Paragrapho unico. Os membros da directoria exercerão o mandato durante o prazo de 5 annos, podendo ser reeleitos.

Art. 41. O conselho fiscal será composto de tres membros e seu mandato será de dois annos.

Paragrapho unico. Os membros do conselho fiscal poderão ser reeleitos.

Art. 42. A fiscalização dos actos da directoria, será feita pelo conselho fiscal, e, se tornará effectiva pelos balancetes mensaes e annuaes.

DOS DEVERES DA DIRECTORIA

Art. 43. São deveres da directoria:

a) administrar de accordo com estes estatutos, interessando-se pelos bens da associação e por tudo que a ella diz respeito;

- b) reunir-se pelo menos uma vez por semana;
- c) resolver os casos omissos;
- d) convocar as assembleias;
- e) constituir a mesa das mesmas;
- f) fixar por anno o quantum das despesas do material e pessoal da Associação;
- g) apresentar para o devido exame do conselho fiscal os balancetes mensaes e annual;
- h) organizar os modelos necessarios á escripturação da associação;
- i) organizar os regulamentos da secção beneficente, quando opportuno;
- j) aceitar ou recusar propostas de empréstimos, que forem dirigidas á associação pelos socios;
- k) designar socios para occupar interinamente qualquer cargo da administração, bem como os que devem dirigir as secções;
- l) aceitar ou recusar propostas de novos socios;
- m) regular e orçar as despesas geraes e especiaes, discutindo e votando-as em suas sessões.

Paragrapho unico. Os membros da directoria exercerão os cargos gratuitamente.

DO PRESIDENTE

Art. 44. São deveres do presidente:

- a) representar, activamente e passivamente, em juizo a associação e nas relações com terceiros, por si ou representante seu, devidamente habilitado;
- b) assignar as actas e a correspondencia;
- c) assignar as convocações das assembleias;
- d) presidir as reuniões da directoria, com direito a voto em caso de empate;
- e) rubricar as folhas dos livros de actas e de escripturação;
- f) confeccionar, annualmente, relatório minucioso dos actos da directoria, dentro desse periodo;
- g) autorizar despesas urgentes e de manifesta necessidade, assim julgadas pela directoria, independentemente do já estabelecido na alinea f) do art. 44;
- h) marcar dia e hora para as reuniões do conselho fiscal, avisando com a devida antecedencia os membros do referido conselho;
- i) resolver com justiça as representações dos associados;
- j) nomear empregados para a associação, assim como, licenciar, demittir e suspender os mesmos;
- k) autorizar pagamentos de empréstimos;
- l) examinar e despachar as propostas de novos socios, bem como todos os papeis que entrem na secretaria;
- m) assignar com o thesoureiro os cheques sobre bancos e bem assim, os papeis e documentos para effeitos internos e externos que se relacionarem com os haveres da associação;
- n) responder pelo movimento diario da associação.

DO SECRETARIO

Art. 45. São deveres do secretario:

- a) substituir o presidente em todos os seus impedimentos;
- b) ser encarregado de toda a correspondencia;
- c) lavrar em livros proprios, as actas das assembleias bem como das reuniões da directoria;
- d) informar qualquer duvida que tenha o conselho fiscal;
- e) ter sempre em ordem a escripturação da secretaria;
- f) effectuar a matricula dos socios admittidos, registrando-os no respectivo livro;
- g) organizar e ter sob sua guarda o archivo da associação;
- h) auxiliar o presidente na confecção do relatório annual.

DO THESOUREIRO

Art. 46. São deveres do thesoureiro:

- a) ter no cofre sob sua guarda e responsabilidade todos os valores e documentos especiaes;
- b) depositar em banco escolhido pela directoria, todos os saldos disponiveis;
- c) fazer as retiradas nos bancos das quantias necessarias, mediante assignatura sua e do presidente;
- d) apresentar todos os mezes ao conselho fiscal um balancete da receita e despesa effectuadas;
- e) effectuar todos os pagamentos da associação, desde que os documentos estejam visados pelo presidente;
- f) prestar informações aos membros da directoria ou do conselho fiscal, desde que solicitado;

g) escripturar ou fazer em forma mercantil todo o movimento da associação de modo a merecer fé em juizo ou fóra delle;

- h) arrecadar as receitas ordinarias e eventuaes da associação;
- i) ter sob sua responsabilidade o serviço de caixa;
- j) organizar as folhas de pagamento;
- k) fiscalizar e dirigir todo o serviço de cobrança.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 47. São deveres do conselho fiscal:

- a) reunir em sessões ordinarias e extraordinarias: as ordinarias nos dias 26 de cada mez e as extraordinarias, quando convocadas;
- b) examinar e verificar cuidadosamente, dando seu parecer sobre todas as contas do thesoureiro apresentadas nos balancetes mensaes e annual;
- c) examinar sempre que julgar conveniente todos os livros da escripturação da thesouraria e secretaria, fazendo cumprir as disposições da lei e dos presentes estatutos;
- d) dar ou receber denuncia contra os directores ou outor quaesquer socios que exerçam cargo na associação, sobre quaesquer irregularidades que infringjam as disposições destes estatutos.

CAPITULO X

DOS EMPREGADOS

Art. 48. Só serão admittidos como empregados da associação pessoas de inteira confiança da directoria.

Paragrapho unico. A remuneração dos empregados será, somente para alimentação.

CAPITULO XI

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 49. Estes estatutos só se reformarão por proposta da maioria dos membros da administração.

Art. 50. Para a reforma dos estatutos, de que trata o artigo anterior, a proposta deverá ser submettida á assembleia geral extraordinaria para isso convocada.

Paragrapho unico. Nessa proposta devem ser perfeitamente esclarecidos os artigos a modificar.

Art. 51. A associação se dissolverá por resolução de uma assembleia geral extraordinaria, convocada especialmente para esse fim, e na qual seja verificada a presença de um numero de socios maior que a metade do total, e apoiando a idéa dois terços dos socios fundadores.

Art. 52. No caso de dissolução da associação, o saldo será dividido entre os contribuintes, proporcionalmente ás contribuições realizadas.

Art. 53. Os socios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociaes.

Paragrapho unico. Os membros da directoria só serão responsaveis, pessoalmente, pelos negocios ou transacções, quando agirem em desacordo com estes estatutos.

Art. 54. A associação não poderá se envolver em manifestações de caracter politico ou religioso.

Art. 55. A directoria fica autorizada a contrahir empréstimos que se tornarem necessarios ao desenvolvimento da associação.

Art. 56. Para todos os effeitos, o anno social começa em 1 de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada anno.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 57. Todos os actos praticados pela directoria provisoria, para fundação e instalação da associação, ficam approvados, assim como as despesas effectuadas.

Art. 58. A directoria eleita na assembleia que approvou estes estatutos competirá a organização de todos os serviços da associação.

Art. 59. O primeiro exercicio financeiro começará na data da instalação e terminará em 31 de dezembro de 1936.

Paragrapho unico. Os actuaes socios que pagam 3\$000, para o fundo de beneficencia, poderão facultativamente augmentar para 5\$000, mensaes, afim de poderem gozar das novas vantagens do augmento da quota do funeral.

(C. 3.241—22-6-956—408\$500)